



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7727 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT11 - Política da Educação Superior

O Fies nos governos de Dilma Rousseff e Michel Temer: um olhar interseccional entre a inclusão social, democratização do acesso ao Ensino Superior, mobilidade social e o endividamento

José Vandercarlos Vasconcelos da Silva - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Agência e/ou Instituição Financiadora: FACEPE

**Universidade Federal de Pernambuco/ Campos Agreste**

**Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea (PPGEDuC)**

**O Fies nos governos de Dilma Rousseff e Michel Temer: um olhar interseccional entre a inclusão social, democratização do acesso ao Ensino Superior, mobilidade social e o endividamento**

### **Introdução**

Na educação brasileira contemporânea, há uma grande influência de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que demonstram influências em políticas educacionais, tal como no caso do Fies. Essas políticas educacionais influenciadas pelo neoliberalismo tendem a ser mais contundentes em países emergentes como no caso do Brasil (ANDRIOLI, 2002; CHAVES; SANTOS, 2016).

O Financiamento Estudantil no Ensino Superior (Fies) foi criado seguindo uma lógica privatista da educação, cuja lógica o Ex Presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), de certa forma, também se mostrou alinhado aos interesses dos empresários da educação. Em 2010, em decorrência do cenário econômico estável e dos interesses dos empresários da educação e do desenvolvimento social, o Ex Presidente fez algumas alterações no Fies visando uma maior democratização do acesso ao Ensino Superior. Essas alterações contribuíram para que houvesse uma grande ampliação do Fies passando de 182 mil contratos de matrículas, em 2009; para 1,9 milhão em 2015, já no governo Dilma (BOTELHO; PESSOA, 2016).

Entretanto, o cenário de instabilidade econômica, após 2014, levou algumas mudanças na obtenção dos contratos pelo Fies que foram realizadas inicialmente pela Ex Presidenta Dilma Rousseff (PT) e em seguida pelo Ex Presidente Michel Temer (MDB). Essas modificações levaram a uma diminuição no número de contratos no início do segundo mandato da Ex

Presidenta Dilma. Tal cenário de instabilidade levou não só a diminuição no número de contratos do Fies, como também levou a muitos alunos egressos a não terem condições de efetuarem os pagamentos após o término do prazo de carência em que já estavam graduados (CHAVES; SANTOS, 2016).

Levando em consideração as mudanças que ocorreram no Fies demonstradas acima, temos o problema de pesquisa: como a política educacional de Financiamento Estudantil no Ensino Superior (Fies) repercutiu, para mobilidade social ou não, na vida acadêmica e profissional de estudantes (de camadas populares, afrodescendentes e do interior de Pernambuco), em uma IES de Caruaru-PE, a partir do 2º mandato do governo Dilma Rousseff (2015-2016) e no governo Michel Temer (2016-2018)?

Nessa perspectiva, temos como objetivo geral: compreender, via um olhar interseccional, como a política educacional de Financiamento Estudantil no Ensino Superior (Fies) repercutiu, para mobilidade social ou não, na vida acadêmica e profissional de estudantes, em uma IES de Caruaru-PE, a partir do 2º mandato do governo Dilma Rousseff (2015-2016) e no governo Michel Temer (2016-2018).

E como objetivos específicos: a) Identificar, na visão de alunos egressos que concluíram seus cursos de licenciatura em Pedagogia e História se houve mobilidade social proveniente da conclusão dos seus cursos; b) Mapear os fatores que contribuíram para a desistência de alunos dos referidos cursos financiados pelo FIES, em decorrência das mudanças ocorridas no FIES, no período de 2015 a 2018; e c) verificar se os alunos egressos dos cursos de Pedagogia e História também estão endividados com o Fies após a finalização do período de carência, a partir das novas regras do programa

Vale ressaltar que ter acesso ao Ensino Superior contribui para uma formação cidadã além de possibilitar a mobilidade social por meio da formação de mão de obra especializada para o mercado de trabalho. Portanto, compreender essa política educacional em seu aspecto financeiro com indivíduos que interseccionam classe social, raça e gênero é de relevância acadêmica e social para se avaliar os resultados da referida política. Assim, faz-se necessário problematizar as políticas de financiamento estudantil, como no caso do Fies, na contemporaneidade brasileira, em um momento de recrudescimento neoliberal em um recorte interseccional. Tal análise contribuirá com o campo de produção de conhecimento sobre políticas educacionais e sobre a população que intersecciona subalternidades tendo como campo empírico a cidade de Caruaru no agreste de Pernambuco.

### **Neoliberalismo e reforço das desigualdades interseccionais**

A partir do contexto exposto acima, torna-se importante discutir os conceitos que envolvem o neoliberalismo, Estado e Políticas Públicas Sociais (Educação) para entendermos como o Fies, enquanto programa educacional, sofre a influência de organismos financeiros em sua constituição.

O neoliberalismo pode ser entendido como a atuação mínima do Estado na economia, não cabendo ao Estado envolver-se em questões de ordem econômica, de forma geral. E no que diz respeito à educação, não caberia ao Estado vir a administrar ou financiar instituições que sejam ligadas à educação. Consequentemente, no ideário neoliberal, temos uma significativa influência de setores empresariais na educação, inclusive no Ensino Superior com o Fies como programa de financiamento estudantil (FRIEDMAN, 1984; HAYEK, 1987; OLIVEIRA, 2010).

A redução da intervenção do Estado no Ensino Superior, segue a lógica do ideário neoliberal, ao passo que leva políticas educacionais a se alinharem à globalização econômica,

o Fies sente a influência do Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Paulatinamente medidas neoliberais na educação foram sendo implantadas na América Latina desde os anos 1990, contribuindo para a educação também seguir a lógica do mercado financeiro, como foi o caso do Brasil a partir do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002/PSDB). Embora o Fies tenha promovido a democratização do Ensino Superior, atendeu também nessas duas últimas décadas aos interesses do mercado financeiro em sua política educacional (ALVES, 2001; BARROSO, 2005; CAMPOS, 2008; OLIVEIRA, 2010; GOELTEN, 2017).

De acordo com (Gruppi, 1990) No que se refere ao Estado, ele pode ser definido como o exercício do poder político sobre um território ou uma população. Nesse sentido, a Constituição Federal (1988) reitera que o Estado tem uma função social e que as políticas públicas voltadas à educação configuram também esse papel social. O Estado, portanto, possibilitará as ações do governo e a política pública constituirá o Estado agindo na sociedade (GRUPPI, 1980; HOFLING, 2011; MOURA, 2014).

Assim, as políticas públicas sociais visam solucionar determinados problemas sociais. O estudo do ciclo de políticas, analisa a formulação de projetos e a sua implementação, como também os seus efeitos. As políticas públicas educacionais precisam sempre levar em consideração os cidadãos que se beneficiarão com essas políticas (MAINARDES, 2016).

Nesse aspecto, o Fies, como programa educacional, visa possibilitar o acesso à educação para pessoas consideradas “excluídas” econômica e socialmente. Entretanto, como o Fies destina recursos públicos para o financiamento do ensino privado superior ao mesmo tempo em que democratiza o acesso ao Ensino Superior também fortalece (in)diretamente o mercado educacional dos empresários da educação. Todavia, mesmo com esses aspectos levantados, houve ampliação do acesso ao Ensino Superior através do ingresso de milhões de estudantes de baixa renda em faculdades particulares (OLIVEIRA, 2010; CARVALHO; NOBRE, 2011; AZEVEDO, 2013; CARNEIRO; MESQUISTA, 2013).

No que diz respeito ao conceito de interseccionalidade, mulheres negras e de camadas menos favorecidas sentem a opressão social muito mais latente do que mulheres de camadas média, ricas e brancas. Esse tipo de discriminação interseccional é consideravelmente difícil de ser identificada, principalmente em locais em que forças econômicas, culturais e sociais atuam silenciosamente na forma da discriminação (CRENSHAW, 2002; MATTOS, 2011; HOOKS, 2013; DAVIS, 2016; AKOTIRENE, 2019).

Segundo Bell Hooks (2013), a mulher negra sofre uma opressão que se configura além da discriminação de gênero, que é também a questão racial. As mulheres negras não podem ser enquadradas separadamente nas categorias de discriminação racial ou de gênero, pois essas duas categorias precisam ser ampliadas para que se possa abordar as questões de interseccionalidade que as mulheres negras enfrentam. Colaborando com Hooks, Crenshaw (2002) expõe que é importante a discussão da interseccionalidade, uma vez que homens negros e mulheres negras não sofrem os efeitos do racismo da mesma forma, pois sobre a mulher negra se configura também a discriminação de gênero.

## **Metodologia**

Nossa pesquisa encontra-se em fase de construção e visando alcançar os objetivos de pesquisa expressos acima, adotamos a metodologia qualitativa. A pesquisa de natureza qualitativa constitui em um método de estudo que busca sistematizar procedimentos para a compreensão do fenômeno estudado na construção da realidade social. Nesse caminho, a etapa de coleta e produção de dados para a pesquisa, chama-se “ fase de trabalho de campo”. Essa etapa diz respeito aos termos empíricos do recorte teórico do objetivo da pesquisa em

investigação. O trabalho de campo é uma fase substancialmente importante da pesquisa qualitativa, pois promove a interação entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, permite ao pesquisador confrontar-se diretamente com o seu objeto de pesquisa (RICHARDSON, 1989; MINAYO, 2010;).

Como técnicas de coleta de dados, utilizaremos entrevistas semiestruturadas e a pesquisa documental. Tais técnicas contribuem para produzir dados na explicação, via um olhar interseccional, da relação entre o Fies e a efetivação de uma mobilidade social. Como fonte de dados para a pesquisa, partiremos para a análise dos contratos do Fies feitos com a IES entre os anos 2014-2018. Obteremos as informações referentes às mudanças feitas pelos governos Dilma/Temer e seus reflexos sobre os estudantes do cursos de licenciatura em Pedagogia e Histórica.

Como explicitado acima, adotaremos a entrevista semiestruturada, pois compreendemos que essa técnica de coleta de dados permite aprofundar assuntos peculiares sem lançar mão de uma padronização de questionamentos (LANKSHEAR; KNOBEL, 2008), permitindo, assim, uma maior flexibilidade, retomadas e negociações a partir dos dados elencados nas verbalizações dos entrevistados.

Assim, entrevistaremos alunos e ex alunos, para entendermos de que maneira as mudanças feitas no Fies no período citado repercutem e ou repercutiram na sua trajetória acadêmica. Tal procedimento tem a finalidade de compreender se houve mobilidade social após a conclusão dos seus cursos, se houve desistência e inadimplência com as mudanças feitas no programa de financiamento e os motivos dessa desistência e ou inadimplência.

Assim, tais técnicas de pesquisa visam alcançar os objetivos específicos: a) Identificar, na visão de alunos egressos que concluíram seus cursos de licenciatura em Pedagogia e História se houve mobilidade social proveniente da conclusão dos seus cursos; b) Mapear os fatores que contribuíram para a desistência de alunos dos referidos cursos financiados pelo FIES, em decorrência das mudanças ocorridas no FIES, no período de 2015 a 2018; e c) verificar se os alunos egressos dos cursos de Pedagogia e História também estão endividados com o Fies após a finalização do período de carência, a partir das novas regras do programa. Dessa maneira, os dados serão categorizados pela Análise de Conteúdo (AC).

De acordo com Vala (1990), o significado dos dados só tem sentido dentro do seu contexto, logo deve estar inserido nas condições do enunciado. O enunciado, nessa pesquisa, são os documentos disponibilizado pela faculdade acerca das mudanças ocorridas no Fies no período já mencionado de 2015 a 2018; e os referenciais teóricos das políticas educacionais e interseccionalidade

Segundo Bardin (2004), a Análise de Conteúdo (AC) é um conjunto de técnicas de análise de comunicações no sentido de obter, através de procedimentos sistematizados e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores que permitam inferência de conhecimentos relacionados às condições de produção e recepção dessas mensagens.

### **Considerações Finais**

Espera-se que esta pesquisa contribua com a educação no agreste pernambucano ao discutir uma temática ainda pouco estudada em nossa região, uma vez que envolve a inadimplência de alunos egressos com o Fies. A partir desse aspecto, esperando poder contribuir com avaliações sobre as políticas educacionais no agreste do estado e sua relação com a mobilidade sócias e a interseccionalidade. Dessa maneira, buscaremos ainda divulgar os resultados da pesquisa por meio da participação em seminários, congressos, e encontros científicos além da publicação de artigos em periódico científicos.

## Referências

- ANDRIOLI, Antônio Inácio. **As Políticas Educacionais no contexto do Neoliberalismo**. In Revista Espaço Acadêmico, v. 2, n. 13, 2002.
- AKOTIRENE, Carla - **Interseccionalidade** - São Paulo, Pólen, 2019.
- AZEVEDO, Janete M. Lins de. COUTINHO, H. G. e OLIVEIRA, M. L. **O Estado, a Política Educacional e a Gestão da Educação**. In: Política e gestão educacional em redes públicas. Org.: Alice HappBotler. Ed. Universitária da UFPE, Recife, 2013.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70,2004.
- BARROSO, João. **O estado, a educação e a regulação das políticas públicas**. Educ.Soc., Campinas, vol.26, n.92, páginas.725-751, especial – out.2005.
- BOTELHO, Vinícius; PESSOA, Samuel. **Financiamento Estudantil no Brasil: como definir sustentabilidade?** In Radar, 46, p.47-58, agosto, .2016.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; NOBRE, Maria Cecília Roxo. **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. /São Paulo, 2001.
- CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes; MESQUITA, Maria Cristina Dutra Mesquita. **A política de financiamento da educação no Brasil**. Educativa, Goiânia, v.16, n.2, p.371-389, jul. /dez.2013
- CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso. **Política de expansão da educação superior no Brasil – O Prouni e o Fies como financiadores do setor privado**. In Educação em Revista/ Belo Horizonte, v. 32, n.04, p.49-72, outubro-dezembro, 2016.
- CAMPOS, Janaina Fatima Sabrina de. **Neoliberalismo e as proposições para a reforma na política educacional na América Latina**. 2º Seminário de Direitos Humano. 15 a 18 de setembro de 2014- Unioeste-Campus de Toledo, PR.
- CRENSHAW, Kimberle. **A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e de Gênero**.2002.
- DAVIS, Angela - **Mulheres, Raça e Classe** - São Paulo, Boitempo, 2016;
- FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. Trad. de Luciana Carlo.2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- GOELTEN, Rafael de Paula. **Fies- Modelo de democratização ou ferramenta do Ensino Superior público superior**. IV Seminário internacional de representações sociais, subjetividade e educação- SIRSSE. VI Seminário internacional sobre profissionalização docentes (SIPD/Cátedra Unesco).
- GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel-** As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. 6ª Ed. Porto Alegre: L&PM, 1980.
- HAYEK, F.A. **O caminho da Servidão**. 4.Ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1987, p.91.
- HOFLING, Eloisa de Matos. **Estado e Políticas (Públicas) sociais**. Cad.CEDES [online]. 2001, vol.21, n.55, pp.30-41. ISSN101-3262.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**/ bell hooks; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

LANKDHEAR, C.; KNOBEL, M. **Pesquisa Pedagógica: do projeto à implementação**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais**. Educ.Soc., Campinas, vol.27, n.94, p.47-69, jan./abr.2006.

MATTOS, P. **O conceito de Interseccionalidade e suas vantagens para os estudos de gênero no Brasil**. Trabalho apresentado no XV Congresso Brasileiro de Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, Curitiba/PR, 2011.

MINAYO, M.C. de S. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MOURA, Daiana Malheiros de. **Políticas públicas educacionais prouni e fies: democratização do acesso ao Ensino Superior**. XI Seminário internacional de demandas sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea. VII mostra de trabalhos jurídicos científicos.2014.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. 'Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas' organizado por Adão F.de Oliveira, Alex Pizzio e George França, Editora da PUC Goiás, 2010, páginas 93-99.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

UNESCO, 2019. Professores do Brasil: novos cenários de formação.

VALA, J. A Análise de Conteúdo. In SILVA, A.S.; PINTO, J. M. (Org.). **Metodologia das Ciências Sociais**. 4. Ed. Porto: Edições Afrontamento, 1990, pp.101-128.

**Palavras Chaves: Fies, Financiamento Estudantil, Ensino Superior.**